



**Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça**

CLIPPING IMPRESSO

01/04/2013

INDICE

1. JORNAL O IMPARCIAL	
1.1. SEM ASSUNTO.....	1
2. JORNAL PEQUENO	
2.1. ORÇAMENTO.....	2

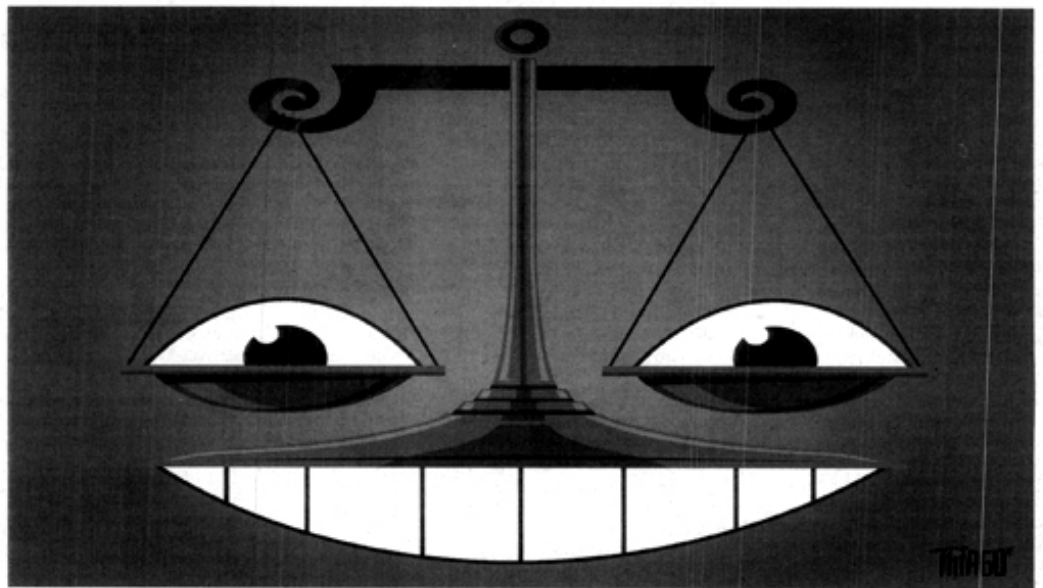
JUSTIÇA AO ALCANCE DE TODOS

Justiça ao alcance de todos é uma das prioridades do Poder Judiciário. De outro lado, o Judiciário precisa democratizar-se urgentemente em suas práticas internas, além de procurar maior legitimidade na alma do povo brasileiro. É preciso perceber que o contato do juiz com o jurisdicionado e a própria sociedade não enfraquece o Poder Judiciário. Ao contrário, tende a enobrecê-lo, conferindo a este maior grau de legitimidade. Essa postura deve ser assumida pelo juiz contemporâneo.

Cabe ao juiz exercer a atividade recriadora do direito através do processo hermenêutico, bem como a de adaptador das regras jurídicas às novas e constantes condições da realidade social e, com responsabilidade, deve buscar as soluções justas aos conflitos, visando à paz social. Dessa forma, com esse compromisso, o Judiciário estará sempre próximo do cidadão e a serviço da cidadania. Esse é o papel que foi historicamente reservado ao Poder Judiciário.

Com efeito, o acesso e a conscientização da população de seus direitos e obrigações será um fator crucial para o maior desenvolvimento e aperfeiçoamento da sociedade brasileira e do Poder Judiciário. Educação e cidadania são instrumentos fundamentais de transformações sociais positivas. As universidades brasileiras em sua maioria preparam os estudantes de direito para ser advogados combativos. Isso não é errado, mas é preciso, também, prepará-los para uma cultura de Direitos Humanos voltada para a verdadeira pacificação social, mediante instrumentos alternativos de resolução de conflitos — como a conciliação, a mediação, a arbitragem e, ainda, as práticas restaurativas.

O Poder Judiciário brasileiro depara-se, nos últimos tempos, com o desafio da concretização dos direitos de cidadania. É importante não esmorecer ante a adversidade do volume de serviço crescente, mas se recusar a entregar uma jurisdição de papel, alienada, sem a necessária e profunda reflexão sobre os valores em litígio. É preciso que os juízes tenham o propósito de realizar uma jurisdição que proporcione pacificação social. Portanto, mutirões, digitalização de processos, formas alternativas



ORIANA PISKE

» Juíza de Direito do Tribunal de Justiça do Distrito Federal, mestre em direito pela Universidade Federal de Pernambuco, pós-graduada em Teoria da Constituição, Direito do Trabalho e Direito Civil (Cesap-UniCEUB), doutoranda em Ciência Jurídicas e Sociais pela Universidad Del Museo Social Argentino

CLÁUDIO FARIA

» Diretor da Secretaria do 1º Juizado Especial Civil e Criminal de Brasília (Guará — DF)

de resolução de conflitos, parcerias comunitárias, práticas restaurativas, etc, são instrumentos muito bem-vindos.

O Poder Judiciário vem procurando oferecer à comunidade uma Justiça não só com vistas à resolução eficaz das questões jurídicas, mas, também, à prestação jurisdicional que ofereça

solução para a problemática global do jurisdicionado. A atuação criativa dos juízes pode ser constatada mediante a efetiva prestação jurisdicional nos Juizados Especiais, ao darem solução adequada a cada caso, muitas vezes pela via multidisciplinar, revelando compromisso inequívoco com o direito e a justiça.

São desafios da ordem do dia do Poder Judiciário a necessidade de aumento de recursos humanos, quanto à presença de maior número de juízes, servidores, estagiários, conciliadores e materiais relacionados a espaço físico, meios de atuação informatizada, etc. Nesse contexto, foi fator importante a criação de ouvidorias nos tribunais como um canal de diálogo para que o cidadão possa dar sua sugestão e aprimorar essa instituição. Outro aspecto relevante foi o Poder Judiciário passar na última década a se preocupar, sensivelmente, em todas as instâncias, em promover uma gestão administrativa democrática, com maior efetividade nas ações, projetos e

realizações, sob um planejamento e controle de metas que são aferidos pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

De outra face, inúmeras críticas têm sido feitas recentemente à atuação do Poder Judiciário no Brasil. Contudo, carece esse Poder de melhores instrumentos de trabalho. A legislação nacional, além da técnica deficiente, é hoje de produção igualmente caótica, bem como deficientes são os instrumentos disponíveis ao Judiciário, porque já não se aceita a verdadeira liturgia do processo, o amor desmedido pelos ritos, que quase passaram a ter fim em si mesmos, numa inversão de valores.

O Judiciário, nos tempos atuais não pode se propor a exercer função apenas jurídica, técnica, secundária, mas deve exercer papel ativo, inovador da ordem jurídica e social, visto que é chamado a contribuir para a efetivação dos direitos sociais, procurando dar-lhes sua real densidade e concretude. Estes são os maiores desafios do Poder Judiciário Contemporâneo.

TJMA mantém gastos dentro da Lei de Responsabilidade Fiscal

Enquanto os demais poderes solicitaram crédito suplementar no Orçamento 2012 para cobertura de gastos com pessoal, o Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) cumpriu rigorosamente o que estava previsto no orçamento e manteve as despesas com o salário de seus servidores dentro dos limites previstos na Lei de Responsabilidade Fiscal. (LRF).

Foram disponibilizados no exercício anterior cerca R\$ 837,2 milhões para execução de ações previstas no Plano Plurianual. “Aos R\$ 774 milhões inicialmente previstos foram somados outros R\$ 63,2 milhões, resultantes de suplementações de duas fontes próprias: excesso de arrecadação e superávit financeiro”, detalha o presidente do TJMA, desembargador Antonio Guerreiro Júnior.

O planejamento e o controle diário da execução orçamentária – atividades sob responsabilidade direta da Diretoria Financeira – possibilitaram a gestão eficiente dos recursos orçamentários e financeiros no Judiciário estadual, e ganharam evidência como um dos pontos de destaque do primeiro ano de gestão do presidente Guerreiro Júnior. O êxito dessa estratégia trouxe várias conquistas para os servidores.

A antecipação do pagamento da folha de pessoal para o dia



Guerreiro Júnior faz gestão sempre atenta aos limites da LRF

20 de cada mês, o 13º salário pago com recursos próprios, e recursos para quitação de 100% de Gratificação de Produtividade Judiciária (GPJ) e para reajuste nos auxílios alimentação e saúde são exemplos citados pelo diretor financeiro Luiz Carlos Calvet.

Guerreiro Júnior fala sobre investimentos de cerca de R\$ 40 milhões em construção e reforma de imóveis do Judiciário. Mais R\$ 17 milhões foram aplicados em bens permanentes, como veículos, condicionadores de ar, mesas, cadeiras e equipamentos

de informática.

“Diante de cenário em que se intensificam os investimentos em equipamentos, reformas e construção de imóveis, as despesas de manutenção têm reflexo direto no orçamento de custeio do TJMA”, ressalta Guerreiro Júnior.

Além do controle permanente de materiais e serviços, a diretoria se tornou referência em uma das boas novidades da gestão: um projeto que altera a legislação de diárias e vai gerar economia anual ao TJMA em torno de R\$ 1 milhão.